

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.33, n.11-12, novembro/dezembro 2011

sumário

- 3 O CURTO ALCANCE DA CESTA DE BONDADES DE FIM DE ANO
Gilmar Mendes Lourenço
- 5 A ETERNIZAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 A ECONOMIA PARANAENSE EM 2011
Ricardo Kureski
- 10 A ECONOMIA DA NOVA DEMOGRAFIA
Gilmar Mendes Lourenço
- 12 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Fernando Raphael Ferro de Lima
- 15 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Editor*)

Equipe

FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA (*Geógrafo*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

RICARDO KURESKI (*Economista*)

LYANNE THAIS MIKOSZ STENGER (*Estagiária de Administração*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

O CURTO ALCANCE DA CESTA DE BONDADES DE FIM DE ANO

Gilmar Mendes Lourenço*

No dia seguinte à reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC), realizada em 30 de novembro de 2011, que promoveu o terceiro corte consecutivo de meio ponto percentual na taxa Selic, desde o mês de agosto de 2011, fixando-a em 11,0% ao ano, o Ministério da Fazenda divulgou um cardápio de benefícios ao consumo e ao ingresso de capitais, voltado à minimização do contágio da nova turbulência que assola os países ricos e à reversão da desaceleração econômica em curso no mercado interno.

Reconhecidamente, o pacote reitera a sinalização das autoridades acerca da ocorrência de gradativo e pertinente abandono da radical orientação ortodoxa da macroeconomia brasileira, capitaneada pelas chamadas medidas macroprudenciais, praticada a partir do derradeiro trimestre de 2010 e dirigida ao arrefecimento da velocidade de incremento da demanda, notadamente do consumo movido a prazo, com o objetivo precípua de sufocar as pressões inflacionárias.

O efeito retardado de tais providências provocou o delineamento de uma rota cadente dos níveis de atividade, comprovada por praticamente todos os indicadores correntes e antecedentes, particularmente aqueles explicativos do comportamento da produção e faturamento industrial, vendas do comércio e mercado de trabalho, sintetizados na excessiva acumulação de estoques de manufaturas e na variação nula do Produto Interno Bruto (PIB), no terceiro trimestre de 2011.

Assim, a combinação entre o acentuado declínio dos patamares de negócios, a rendição ao fato de mais de 1/3 da inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ser importada, e a aposta no agravamento da retração da economia global justificaria a deflagração da presente flexibilização monetária e fiscal, conjugando redução de juros, afrouxamento do crédito e renúncia de arrecadação.

Lembre-se de que o pedaço da inflação trazido do resto do mundo é fruto da elevação das cotações das *commodities* minerais, metálicas e agrícolas, absorvidas em larga escala pelo dragão chinês. Já a contração da atividade econômica induziria a constituição de uma marcha declinante nos preços e no comércio, por força dos ajustes impostos para a minimização dos problemas fiscais da Europa e de endividamento público e privado dos Estados Unidos.

Nesse sentido, o pacote brasileiro recaiu sobre a desoneração do imposto sobre produtos industrializados (IPI), incidente sobre bens de consumo duráveis da linha branca (fogões, geladeiras, máquinas de lavar roupa e tanquinhos), alguns produtos da cadeia produtiva do trigo e da construção civil, e do imposto sobre operações financeiras (IOF) cobrado nos financiamentos bancários às pessoas físicas e na entrada de haveres externos, inclusive aqueles hospedados em bolsas e papéis privados, com prazo superior a quatro anos.

Essa postura comprova a tentativa oficial de recuperar o embalo da economia doméstica, em um ambiente de acréscimo das remessas ao exterior em face da impulsão da aversão ao risco com o prenúncio de recessão planetária.

Mesmo oportuno, o pacote pode não repetir a eficácia dos incentivos usados para amortecer os golpes da crise de 2009

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Porém, mesmo sendo interpretadas como oportunas na direção correta, nas circunstâncias atuais, as providências podem não repetir a eficácia registrada quando do quadro virtuoso formado logo após a aplicação dos incentivos anticíclicos, centrados em redução do IPI e acréscimo de crédito (notadamente por bancos públicos) para a aquisição de uma parcela restrita da cesta de bens de consumo duráveis, visando à reversão dos inconvenientes gerados pela crise na virada de 2008 para 2009.

A não repetição da cena completa exibida na reação ao contágio do desarranjo externo pode ser imputada a quatro ordens de razões. A primeira delas expressa o caráter moderado da intensidade e o curto tempo de validade (quatro meses) das benesses ao consumo, além da sua pronunciada concentração em uma pequena lista de bens, produzidos por segmentos com apreciável poder e conduta, típica de oligopólios, cuja procura depende crucialmente do crédito.

Na mesma linha, o segundo motivo reside na exaustão da capacidade de endividamento do consumidor brasileiro. Estatísticas do BC apontam que as famílias brasileiras estariam comprometendo 42,0% do seu fluxo de renda anual com o pagamento de prestações. De outra parte, várias pesquisas de opinião denotam que os compradores têm priorizado o uso do décimo terceiro salário para o pagamento de dívidas, a realização de compras à vista e a formação de reserva para a cobertura dos gastos sazonais de começo de ano, sobretudo impostos, materiais escolares e férias.

Por certo, o reajuste de mais de 14,0% no valor do salário mínimo, previsto em lei para janeiro de 2012, com base na incorporação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2011, mais o incremento do PIB de 2010, ao acrescentar mais de R\$ 60,0 bilhões ao giro dos negócios, deve contribuir para o abrandamento do cenário de cautela, principalmente pelas repercussões multiplicadoras nos demais rendimentos, especialmente nos proventos previdenciários e no consumo de bens essenciais.

A terceira razão corresponde não apenas à ausência de relação direta, mas à enorme distância entre a queda do juro Selic e a diminuição do preço final do crédito ao consumidor e ao empresário. A solução para essa discrepância seria a aprovação e implantação de uma reforma financeira, cujo cerne fosse o estímulo à competição entre os bancos e a maior taxação dos ganhos financeiros especulativos.

Até porque, estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI) demonstram que os *spreads* (diferença entre os juros finais cobrados e o custo de captação dos haveres pelas entidades bancárias) brasileiros lideram o ranking mundial devido à diminuta concorrência existente entre as instituições. Mais precisamente, dez organizações concentram quase 90,0% do valor dos ativos e depósitos.

O quarto motivo do tímido impacto do grupo de bônus de fim de ano é a quase inexistência de reserva de lugar ao investimento, inquestionavelmente a maior anomalia do Brasil nos tempos recentes. Ao ostentar uma taxa de investimento de 20,0% do PIB, contra 45,0% da China, por exemplo, o Brasil abdica da desobstrução dos gargalos requerida para a deslançada de uma fase de expansão econômica mais robusta e duradoura, com intensificação da distribuição de renda e da inclusão social.

Em síntese, os incentivos anunciados revelam-se pontuais, demasiadamente atrelados ao atendimento de pleitos econômicos e sociais de natureza imediata, e exibem exíguos laços com o planejamento público de longo prazo. Por sinal, este último aspecto constitui elemento chave para o estabelecimento de referências para as escolhas estratégicas do setor privado que, em vez de emburlos de emergência, ainda aguarda o encaminhamento de uma proposta de revisão e simplificação do arcabouço tributário do País. Apenas para começar.

A ETERNIZAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

*Gilmar Mendes Lourenço**

Em vez de esboçar atitudes que sinalizem o interesse em recuperar o equilíbrio estrutural das finanças públicas, tendo como eixos a reestruturação dos dispêndios em favor do investimento e a harmonia federativa, o governo federal vem revelando exígua racionalidade orçamentária e extrema benevolência para com o retorno da guerra fiscal.

Prova disso foi a subscrição, por parte da presidente Dilma Rousseff, de projeto de emenda constitucional que propõe a prorrogação das isenções e subsídios de natureza tributária, presentes no modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM), até o ano de 2073, e a ampliação da sua abrangência física para a Região Metropolitana de Manaus.

Com isso, o executivo transmitiu a mensagem de um diagnóstico equivocado acerca das oportunidades, problemas e desafios colocados ao desenvolvimento regional brasileiro, pois, essencialmente, a decisão negligenciou a premência do desmanche dos arranjos artificiais que servem apenas para exacerbar os desníveis macrorregionais de geração de emprego e renda no País.

Isso porque, os bônus tributários interferem na capacidade de competição das empresas que atuam em distintos espaços geográficos e incitam o espetáculo das batalhas fiscais, protagonizado pelos vários estados, por meio da proliferação de distintas legislações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, à revelia das orientações do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), assento dos secretários de Fazenda das 27 unidades federativas.

Na ausência daquelas vantagens, diga-se de passagem cobertas com recursos extraídos dos demais agentes sociais (organizações produtivas, governos e consumidores), a preferência locacional para a instalação e operação de atividades fabris recairia, levando-se em conta os aspectos macro e microeconômicos contemplados pela ciência regional, nos centros dotados de trunfos comparativos sintetizados na proximidade dos mercados (consumidor e provedor), mão de obra qualificada, excelência da infraestrutura física e retaguarda científica e tecnológica.

A postura federal também ignorou, ou ao menos retardou, a tarefa crucial de promoção de gradual estruturação de um projeto de desenvolvimento sustentado para a Região Amazônica que seja cada vez menos dependente das benesses estatais, normalmente acopladas à necessidade de acomodação de interesses específicos de grupos políticos e empresariais, comprometidos com a intensificação da concentração de renda e de poder.

Frise-se que apesar de ter sido instituída em 1957, como Porto Livre, a ZFM só logrou viabilização com as isenções fiscais lançadas em 1967, durante o governo militar, dentro de um projeto de integração nacional com duração de três décadas. Ainda em 1967 foi criada a Amazônia Ocidental, constituída pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, com a correspondente aplicação dos benefícios da ZFM a partir de 1968.

Em 1986 foi definida a primeira prorrogação da ZFM até 2007, confirmada pelo artigo 40 das disposições transitórias da Constituição de 1988, e, em 1998, foi estipulada a segunda ampliação de vigência, até 2013. O terceiro alargamento, até o ano 2023, aconteceu em 19 de dezembro de 2003, com a aprovação da emenda constitucional nº 42.

As companhias atuantes na ZFM desfrutam de redução de até 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, abatimento de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de projetos tidos como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013, e isenção do recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na ZFM.

Por certo, ao longo de sua existência, a ZFM contabilizou alguns avanços como a exigência de grau mínimo de nacionalização dos produtos fabricados, a substituição de importações de bens finais, a implantação de cadeias produtivas locais e as inversões em

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

pesquisa e desenvolvimento (P&D). Inclusive, nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de Lula, foi priorizado o estabelecimento de núcleos de pesquisas e de formação técnica, atrelados ao aproveitamento da vocação da região nos segmentos de biotecnologia.

Apesar da existência da Zona Franca de Manaus, a evolução dos agregados regionais tem se mostrado medíocre

Não obstante esses estímulos, a evolução dos agregados regionais tem se revelado medíocre. As exportações representam apenas 3,0% das vendas totais da ZFM, o déficit comercial do Amazonas passou de US\$ 2,5 bilhões por ano, no primeiro quinquênio da década de 2000, para quase US\$ 10,0 bilhões em 2010, e a participação do Estado no Produto Interno Bruto (PIB) nacional situa-se em 1,5%, o mesmo patamar de 1985, sendo que não atingiu 2,0% em nenhum momento da história.

Não bastassem os pífios frutos econômicos, a região exhibe flagrante debilidade nas áreas de transportes, energia, segurança e saneamento, além de precários indicadores sociais. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Amazonas possuía, no exercício de 2009, a maior desigualdade na distribuição de renda entre os estados brasileiros e a quarta maior taxa de desemprego (10,3% da População Economicamente Ativa, contra 8,3% da nacional).

Na verdade, o Brasil ainda carece da formulação de uma política nacional de desenvolvimento regional que designe espaços geográficos e segmentos produtivos específicos, prioritários e passíveis de serem apoiados com linhas de crédito subsidiadas, oriundas de fontes públicas, em uma perspectiva de promoção do desenvolvimento integrado do País, amparado em um regime tributário simplificado e eficiente, cuja arrecadação dependa mais da renda e do patrimônio e menos da produção e do consumo.

O eixo dessa estratégia deveria ser o fortalecimento e o melhor aproveitamento dos elementos de mudança e de oportunidades e o desenvolvimento de aptidões, em linha com os propósitos de superação regional do subdesenvolvimento, da estagnação econômica e da perpetuação da desigualdade na apropriação da renda.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná cresceu 4,1% em 2011, contra 3% do Brasil, inferido a partir da expectativa de mercado captada pelo Banco Central (BC), mediante pesquisas realizadas junto a instituições financeiras e grandes empresas.

A produção agrícola recuou 2,9%, afetada principalmente pela redução de 9,3% na lavoura de milho, que passou de 13,567 milhões para 12,300 milhões de toneladas, consequência do inverno rigoroso que interferiu negativamente na safrinha. Outra cultura fortemente prejudicada pelo clima foi o trigo, que amargou decréscimo de 30% na produção. Ao mesmo tempo, a principal cultura paranaense, a soja, observou incremento de 2,1% na área plantada, atingindo 4,576 milhões de hectares, com expansão na produção de 9,6%, totalizando 15,438 milhões de toneladas.

Houve também ampliação da produção de cana-de-açúcar, com incremento de 4,7%, resultado da ampliação da área plantada de 3,85%, passando de 625.885 hectares, em 2010, para 649.978 hectares, em 2011, influenciado pela elevação dos preços do açúcar no mercado internacional. Segundo a ALCOPAR, a produção de açúcar paranaense cresceu 24,36% em 2011, passando de 2,430 milhões de toneladas em 2010 para 3,022 milhões de toneladas neste ano.

TABELA 1 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA - PARANÁ - SAFRAS 2009/2010 E 2010/2011

PRODUTO	PRODUÇÃO (toneladas)		VAR. (%)
	Safra 2009/2010	Safra 2010/2011	
Grãos	32 458 827	31 520 638	-2,9
Algodão	203	3 193	1472,9
Arroz	166 848	187 657	12,5
Aveia	143 007	107 795	-24,6
Centeio	700	1 171	67,3
Cevada	181 810	190 251	4,6
Feijão	792 010	815 998	3,0
Milho	13 567 096	12 300 738	-9,3
Soja	14 091 829	15 438 375	9,6
Trigo	3 442 660	2 411 488	-30,0
Triticale	72 664	63 972	-12,0
Outros produtos	53 404 726	56 310 174	5,4
Batata-inglesa	727.433	800 645	10,1
Café	139.054	109 611	-21,2
Cana-de-açúcar	48 360 397	50 619 526	4,7
Fumo	164 894	171 837	4,2
Mandioca	4 012 948	4 608 555	14,8

FONTES: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

A produção física da indústria de transformação elevou-se em 5,24% no acumulado dos dez primeiros meses do presente exercício contra 0,73% da brasileira, sendo a terceira performance do País, ficando atrás apenas dos Estados do Espírito Santo (6,96%), ancorado na extração de petróleo, e Goiás (5,42%), em função da produção de medicamento. As atividades que lideraram a expansão foram veículos automotores (25,96%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (17,42%) e refino de petróleo e álcool (13,45%) – tabela 2.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2011

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	5,24
Indústria de transformação	5,24
Alimentos	1,27
Bebidas	0,3
Madeira	7,97
Celulose, papel e produtos de papel	1,19
Edição, impressão e reprodução de gravações	-14,45
Refino de petróleo e álcool	13,45
Outros produtos químicos	1,66
Borracha e plástico	4,17
Minerais não metálicos	4,21
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	9,95
Máquinas e equipamentos	-5,26
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	17,42
Veículos automotores	25,96
Mobiliário	-4,81

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

No que diz respeito ao emprego industrial, medido pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), do IBGE, o complexo fabril paranaense apresentou crescimento de 5,53% nos primeiros 10 meses de 2011, contra 1,29% para o Brasil, liderando o ranking nacional por conta da alta nos patamares das divisões de Alimentos e bebidas (13,02%), Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações (29,73%), Fabricação de meios de transporte (13,22%) e Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (12,125) – tabela 3.

TABELA 3 - VARIAÇÃO NO PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2011

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	5,53
Indústrias extrativas	-6,66
Indústria de transformação	5,63
Alimentos e bebidas	13,02
Fumo	6,45
Têxtil	4,97
Vestuário	-4,91
Calçados e couro	-11,81
Madeira	-9,77
Papel e gráfica	3,68
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	-4,55
Produtos químicos	1,14
Borracha e plástico	-0,44
Minerais não metálicos	2,14
Metalurgia básica	6,71
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	12,12
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	-7,39
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	29,73
Fabricação de meios de transporte	13,22
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	13,98

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)

As vendas reais do comércio varejista paranaense experimentam acréscimo de 8,91% entre janeiro e outubro de 2011, contra 7,29% para o País, confirmando o terceiro melhor desempenho entre as unidades do Sul-Sudeste, perdendo somente para o Espírito Santo (17,73%) e Minas Gerais (9,89%), de acordo com a tabela 3.

Os motores de comercialização no varejo paranaense foram Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (16,45%), Móveis e eletrodomésticos (16,19%), Veículos, motocicletas, partes e peças (12,68%) e Material de construção (11,67%),

em resposta aos estímulos de crédito ao consumo de bens duráveis e construção civil e à manutenção da tendência de subida dos rendimentos provenientes do trabalho, fruto da continuidade da valorização do salário mínimo, da conquista com reajuste acima da inflação passada, pelos trabalhadores, por ocasião dos dissídios coletivos, e do aumento do emprego formal.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011

RAMO	VARIAÇÃO (%)
Combustíveis e lubrificantes	-4,28
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,94
Hipermercados e supermercados	4,87
Tecidos, vestuário e calçados	-2,99
Móveis e eletrodomésticos	16,19
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	16,45
Livros, jornais, revistas e papelaria	-2,35
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	2,54
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,67
Veículos, motocicletas, partes e peças	12,68
Material de construção	11,67
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	8,91

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Em comparação a janeiro-outubro de 2010.

A propósito, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), até o mês de outubro foram criados 140.892 empregos formais no Estado. O setor serviços foi responsável por 37% dos novos postos, seguido pela Indústria de transformação e comércio (tabela 4).

TABELA 4 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011

SEGMENTO	SALDO DO EMPREGO	
	Número Absoluto	Part. (%)
Extrativa mineral	384	0,3
Indústria de transformação	38 649	27,4
Serviços industriais de utilidade pública	1 516	1,1
Construção civil	14 823	10,5
Comércio	26 565	18,9
Serviços	52 143	37,0
Administração pública	2 008	1,4
Agropecuária	4 804	3,4
TOTAL	140 892	100,0

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: O saldo corresponde à diferença entre as admissões e os desligamentos.

Os dados e informações disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), expõem alterações relevantes no padrão demográfico, em paralelo a avanços econômicos e à persistência de agudas contradições experimentadas pelo País, especialmente na área social.

Começando pela dinâmica populacional, a investigação permitiu apurar apreciável declínio da fecundidade, situando-se abaixo de dois filhos por mulher, o que é avaliado como insuficiente para a reposição durante o estágio reprodutivo das pessoas, e substancial elevação da expectativa de vida e, conseqüentemente, da fração idosa da pirâmide etária.

A conjugação destes dois processos resultou no recuo da participação dos residentes da faixa entre zero e quatorze anos, de 35,0% em 1990 para 24,0% do total em 2010, e na subida dos idosos (65 anos e mais) de 7,0% para 11,0%, em idêntico intervalo, o que conduz à ideia de estagnação e até compressão do volume de população total a partir de 2040.

No terreno das estatísticas econômicas e sociais, notou-se que apesar de a recuperação dos níveis de atividade verificada a partir de 2004 ter propiciado elementos objetivos para a intensificação de movimentos de mobilidade social, com o alargamento da categoria C da pirâmide – que percebe rendimento mensal familiar entre R\$ 1.115,0 e R\$ 4.807,0, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) –, que passou de 42,0% da população em 2002 para mais de 55,0% em 2010, uma impulsão mais sustentada da qualidade de vida das pessoas ainda esbarra nas precárias condições de infraestrutura de saúde e educação.

Essa discrepância pode ser facilmente comprovada pela observação da evolução do atendimento com rede de esgoto ou fossa séptica e do estoque de equipamentos domésticos nas residências brasileiras em dez anos. Enquanto a utilização de esgoto subiu de 62,2% do total em 2000 para 67,1% em 2010, a presença de computadores passou de 10,6% para 38,3%, a de máquinas de lavar de 32,9% para 47,2%, a de televisores de 87,2% para 95,0%, e a de automóveis de 32,7% para 39,5%.

A lentidão da marcha de ganhos nas condições de saneamento repousa na fragilização da capacidade de investimento do Estado, nas barreiras impostas à montagem de um conjunto de regras claras e estáveis, contidas em um aparato regulatório, e na diminuta visibilidade eleitoral conferida por obras públicas empreendidas neste setor.

É claro que o maior acesso aos bens duráveis de consumo possui raízes na disparada dos níveis de renda, graças à combinação de duas correntes virtuosas. De um extremo emerge o encaixe do País no ciclo positivo do comércio global, o maior desde a segunda guerra. De outro, surge, desde fins de 2005, a multiplicação do vigor do mercado interno, movido à massa de rendimentos (emprego formal, reajustes de salários acima da inflação passada e valorização do mínimo), crédito (principalmente com a proliferação da modalidade em consignação) e iniciativas oficiais de transferência de renda (lideradas pelo programa Bolsa Família).

Tal panorama explica também a discreta melhoria na distribuição de renda proveniente do trabalho, atestada pela descida do índice de Gini (varia entre zero e um, retratando da plena igualdade à total desigualdade) de 0,615, em 1990, para 0,597 em 2000 e para 0,536 em 2010.

Mesmo assim, o Brasil caiu apenas um posto na lista das nações com maior concentração de rendimentos no mundo, passando do oitavo para o nono lugar, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ficando atrás do Paraguai e de Lesoto, por exemplo. Tanto é assim que os 10,0% dos domicílios com maior rendimento abocanham 42,8% do total, contra apenas 1,3% dos 10,0% da base.

A compreensão adequada acerca da permanência do quadro de desigualdade na apropriação da renda no País sugere a rendição à precariedade da educação, variável primordial para a determinação da remuneração potencial. Nesse caso, percebe-se que embora os analfabetos tenham diminuído de 13,6% para 9,6% do contingente populacional de

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

15 anos ou mais, no decênio em pauta, os resultados ficaram aquém de nações como Zimbábue (8,0%), Guiné Equatorial (7,0%) e Panamá (6,0%). Sem contar que a universalização do acesso ao ensino básico não encontrou correspondência na melhoria qualitativa da educação, em função, fundamentalmente, da falta quase que secular de prioridade no aprimoramento da formação e no incremento da remuneração dos professores.

*O envelhecimento pode vir a preceder
o enriquecimento do País*

Nesse contexto, o maior problema consiste na hipótese, bastante provável, de o envelhecimento vir a preceder o enriquecimento do País, o que significaria, na prática, a abdicação do aproveitamento da janela demográfica, para atingir um estágio de progresso social semelhante ao das nações avançadas. A referida janela é aberta em uma etapa histórica na qual ocorre a diminuição da relação entre o número da população dependente e o da população potencialmente produtiva, por conta da retração do conjunto etário entre zero e quatorze anos. Já o fechamento da janela é forçado pelo aumento do contingente economicamente dependente, particularmente das pessoas com mais de 65 anos.

É preciso entender que o alargamento da longevidade ocasiona a majoração e o prolongamento temporal dos dispêndios com aposentadorias, pensões, saúde, cuidados com os idosos etc. Isso deve contrastar com o clima inóspito à geração de poupança, especialmente se for considerada a natureza estruturalmente desequilibrada da equação fiscal, sobretudo os crônicos déficits nas contas previdenciárias e no atendimento à saúde, o que pode ser compensado, ainda que parcialmente, com a compressão das despesas dirigidas a alguns serviços básicos, particularmente ao ensino e à infância.

Não menos importante seria o estrangimento do potencial produtivo decorrente da flagrante perda de velocidade de crescimento da população em idade de trabalhar, o que já explicaria, em certa medida, a recente constatação de insuficiente oferta do fator mão de obra e, por extensão, a ocorrência de assimetria entre alta dos salários reais e declínio do desemprego.

Aliás, diante do desarranjo dos itens de competitividade sistêmica da nação, precisamente juros, tributos, câmbio, infraestrutura e burocracia, a curva para cima do volume de rendimentos do trabalho vem começando a minar o poder de concorrência do parque manufatureiro brasileiro nos mercados interno e externo, baseado historicamente em baixo custo e abundância de mão de obra.

Por tudo o que foi resumidamente exposto, depreende-se, preliminarmente, que a aderência do tecido produtivo e social do País à nova configuração demográfica requer a perseguição de duas frentes articuladas de objetivos. Pelo ângulo macroeconômico, seria crucial o cumprimento de uma austera agenda fiscal, centrada em modificações no arcabouço previdenciário. Do lado micro, urge a multiplicação da produtividade do trabalho que, por seu turno, imporá expressivas inversões em formação e capacitação e negociação política de ampla reforma da legislação trabalhista.

AGROINDÚSTRIA

Produção de carne de frango em Ubitatã

Serão investidos R\$ 100 milhões na abertura de uma cooperativa central em Ubitatã (PR), para industrialização e comercialização de frangos, denominada Unitá, que entrará em operação em 2013. O aporte será realizado em sociedade entre as cooperativas Copacol, Coagru e Coperflora.

INFORME SEMANAL DE INVESTIMENTOS SETORIAIS ANUNCIADOS, Bradesco, 03 nov. 2011, p.2. Disponível em: <http://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/content/popup/PopupPdfViewer.aspx?NomeArquivo=/static_files/EconomiaEmDia/Arquivos/INVEST_SETORIAL_03_11_11.pdf>.

Cotriguaçu investe em Cascavel

A Cotriguaçu, cooperativa central que tem como sócias a Cooperativa Vale, a Coopavel, a Copacol e a Lar, investirá R\$ 50 milhões na construção de um ponto de apoio logístico no município de Cascavel. O investimento inclui a construção de estruturas e câmaras frias e a compra de 60 vagões ferroviários. O investimento é parte do esforço para ampliar o transporte por meio de trens, em parceria com a Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste). A cooperativa ganhou a concessão de uma área de 11,5 hectares próximo ao terminal para erguer a estrutura. As quatro cooperativas filiadas à Cotriguaçu atuam no segmento de carnes e produzem 44 mil toneladas de frango por mês, sendo 20 mil toneladas para exportação. Juntas, abatem 1 milhão de frangos por dia.

LIMA, Marli. Cotriguaçu investe R\$ 50 milhões em logística. Valor Econômico, São Paulo, 27 out. 2011. Empresas.

INDÚSTRIA

Margem Cimentos se instalará em Adrianópolis

A Margem Cimentos, subsidiária do grupo catarinense Supremo Cimentos, investirá R\$ 340 milhões na construção de uma fábrica no município de Adrianópolis, no Vale do Ribeira, de onde já extrai calcário, matéria-prima para a fabricação de cimento. A companhia irá produzir 750 mil toneladas na unidade paranaense, que deve começar a operar em janeiro de 2014, visando abastecer os mercados da Região Sul e de São Paulo. O investimento está enquadrado no programa Paraná Competitivo, que dará isenção de 90% do ICMS devido nos primeiros oito anos de operação. Metade do montante será financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Quando concluída, a fábrica deverá gerar cerca de 150 empregos diretos e 400 indiretos.

BALDRATI, Breno. Adrianópolis terá fábrica de cimento de R\$ 340 milhões. Gazeta do Povo, Curitiba, 17 nov. 2011.

Klabin planeja nova fábrica

A Klabin, maior fabricante brasileira de papéis para embalagens, sediada em Telêmaco Borba, deverá decidir até o primeiro trimestre de 2012 um investimento de US\$ 3,8 bilhões em uma nova unidade fabril, com capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas anuais. O local de instalação da nova planta ainda não foi definido. A unidade será do tipo "flex", destinada à produção de três variedades de celulose (fibra curta, fibra longa e "fluff", tipo de fibra longa usada em fraldas descartáveis e absorventes). A nova fábrica deverá ter um raio médio de 80 quilômetros, ante os 50 quilômetros da unidade atual de Monte Alegre.

FONTES, Stella. Klabin decide até março futuro da nova fábrica. Valor Econômico, São Paulo, 24 nov. 2011. Empresas.

* Elaborado com informações disponíveis de 1º/11/2011 a 15/12/2011.

** Geógrafo, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Leax iniciará produção em março

A multinacional sueca Leax, fornecedora de autopeças cujos principais clientes são as fabricantes Volvo e Scania, anunciou a instalação da primeira filial do grupo no continente, em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba. A empresa informa que pretende iniciar a produção da unidade em 21 de março e deverá empregar 150 pessoas quando operar na capacidade máxima de produção

MARQUES, Luiz Felipe. Fornecedora vai se instalar em Araucária. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 30 nov. 2011. p.20.

Volvo aloca R\$ 80 milhões em divisão de pintura de cabines

A Volvo anunciou a ampliação da unidade de pintura de cabines, com um investimento de R\$ 80 milhões, com previsão para ser finalizada em 2013. O anúncio foi realizado logo após a inauguração de duas novas linhas de produção na fábrica situada na Cidade Industrial de Curitiba, na qual foram investidos R\$ 25 milhões, que irão produzir caixas de câmbio eletrônicas e motores de 11 litros de capacidade.

MARQUES, Luiz Felipe. Volvo inaugura duas linhas em Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 30 nov. 2011. p.20.

Spaipa investirá R\$ 150 milhões em Maringá

A unidade da Spaipa, empresa franqueada da Coca-Cola, situada em Maringá, investe cerca de R\$ 150 milhões na ampliação de sua capacidade de produção, para atender ao Interior do Paraná e de São Paulo. As inversões contarão com os benefícios fiscais do programa Paraná Competitivo. Quando concluída, a unidade de Maringá será a linha de maior capacidade individual da Spaipa, podendo produzir até 35 mil litros de refrigerante por hora.

AYRES, Marcus. Ampliação de fábrica da Coca-Cola terá incentivo fiscal. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 30 nov. 2011. p.21.

Ambev investirá R\$ 300 milhões em nova fábrica

A cervejaria Ambev e o governo do Estado assinarão um protocolo de intenções para a instalação de uma nova unidade no Estado. A expectativa é de que a nova fábrica seja em Ponta Grossa, com investimentos de aproximadamente R\$ 300 milhões, gerando 500 empregos diretos e 2,5 mil indiretos.

KUBASKI, Derek. Ambev terá nova unidade no Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 09 dez. 2011. p.25.

Endress+Hauser estuda implantação de fábrica no Paraná

A empresa multinacional Endress+Hauser, que fabrica instrumento de medição para indústria, pretende decidir o local para implantação de uma unidade local até fevereiro de 2012, com inversões previstas de R\$ 25 milhões. Há indefinição quanto ao local, tendo em vista a logística mais favorável às operações da empresa na região de Campinas. Contudo, Curitiba teria vantagens em relação à oferta e ao custo de terrenos.

JASPER, Fernando. Região de Curitiba disputa fábrica de grupo Suíço. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 dez. 2011. p.19.

Continental dobra capacidade de unidade paranaense

O grupo alemão Continental anunciou investimentos de R\$ 15 milhões na ampliação de sua unidade da Divisão ContiTech, que produz correias dentadas automotivas. O montante será aplicado na ampliação da unidade, localizada em Ponta Grossa, visando dobrar a capacidade instalada. A empresa emprega atualmente mil funcionários e planeja gerar outros 40 empregos diretos quando finalizada a ampliação.

KUBASKI, Derek. Continental dobrará capacidade no Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 dez. 2011. p.19.

SERVIÇOS

Elog expande atuação no Paraná

A Elog, empresa de logística do grupo EcoRodovias, assinou um contrato de compra das empresas Maringá Armazéns Gerais e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo, numa operação avaliada em R\$ 15 milhões. A empresa planeja investir, em 2012, entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões, principalmente em equipamentos.

AYRES, Marcus. Elog compra duas empresas de Maringá. Gazeta do Povo, Curitiba, 10 nov. 2011.

VALÉRIO, Marisa. Logística em Alta. Gazeta do Povo, Curitiba, 27 nov. 2011. p.8.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 132	3 193	2 836	39 230	188 903	4 815	31 175	793 754	25 461

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	74 866	109 658	1 465	645 088	50 582 650	78 442	51 242	191 711	3 745

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	520 798	792 010	1 521	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011 ⁽¹⁾	521 196	815 280	1 564	184 225	4 170 028	22 643	2 497 721	12 348 634	4 944

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	369	831	2 252	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011 ⁽¹⁾	369	971	2 631	4 554 667	15 426 197	3 387	1 036 530	2 421 240	2 413

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2011

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	225 476	27 639	42 257
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	232 068	28 791	43 956
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	228 155	30 774	45 041
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	245 922	28 951	47 393
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	233 291	27 815	46 412
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	232 140	31 644	46 126
2003	1 344 398	219 774	359 139	Outubro	224 600	31 111	46 455
2004	1 557 656	276 808	340 645	Novembro	221 656	27 764	45 675
2005	1 788 481	308 947	367 765	Dezembro	229 016	31 579	49 125
2006	1 856 538	316 897	390 394	2011 ⁽¹⁾	1 392 440	136 905	283 504
2007	2 057 318	295 010	437 152	Janeiro	228 175	21 329	45 270
2008	2 480 908	279 609	454 340	Fevereiro	227 467	20 637	45 795
2009	2 489 061	282 220	509 156	Março	248 135	23 633	51 843
2010 ⁽¹⁾	2 725 634	338 599	531 514	Abril	218 169	22 487	43 411
Janeiro	211 217	20 641	36 228	Maio	237 488	25 059	50 548
Fevereiro	202 095	22 914	38 992	Junho	233 006	23 759	46 637
Março	239 997	28 977	43 854				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2011

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010 ⁽¹⁾	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Maio	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320
Junho	504 716	40,49	185 445	14,88	531 738	42,66	24 518	1,97	1 246 417
Julho	598 249	43,34	185 828	13,46	576 445	41,76	19 933	1,44	1 380 455
Agosto	640 434	44,19	204 441	14,11	582 133	40,17	22 303	1,54	1 449 311
Setembro	619 903	46,05	180 080	13,38	529 808	39,36	16 436	1,22	1 346 227
Outubro	513 750	41,89	165 851	13,52	527 062	42,97	19 901	1,62	1 226 564
Novembro	411 827	35,08	205 341	17,49	538 929	45,90	17 978	1,53	1 174 075
Dezembro	330 319	29,37	227 058	20,19	545 375	48,49	22 030	1,96	1 124 782
2011 ⁽¹⁾	7 410 281	46,44	2 220 407	13,92	5 967 647	37,40	357 624	2,24	15 955 960
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maio	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,45	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 871	32,39	30 568	1,87	1 638 932
Outubro	595 757	42,69	161 819	11,60	597 683	42,82	40 412	2,90	1 395 671
Novembro	543 779	39,59	206 787	15,06	586 946	42,74	35 876	2,61	1 373 389

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2011

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	- 752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010 ⁽¹⁾	14 176 010	13 956 180	219 831	201 915 285	181 670 680	20 244 606
Janeiro	705 782	908 154	- 202 372	11 305 067	11 484 607	- 179 540
Fevereiro	708 008	809 435	- 101 427	12 197 237	11 807 714	389 524
Março	1 150 737	924 850	225 886	15 727 499	15 055 551	671 948
Abril	1 300 333	999 974	300 360	15 161 211	13 878 094	1 283 118
Mai	1 363 320	1 050 878	312 442	17 702 500	14 255 510	3 446 990
Junho	1 246 417	1 140 844	105 573	17 093 912	14 822 015	2 271 897
Julho	1 380 455	1 301 766	78 689	17 672 925	16 317 631	1 355 293
Agosto	1 449 311	1 372 501	76 811	19 236 253	16 823 271	2 412 982
Setembro	1 346 227	1 382 615	- 36 388	18 832 790	17 745 509	1 087 281
Outubro	1 226 564	1 437 282	- 210 718	18 380 418	16 528 904	1 851 515
Novembro	1 174 075	1 381 830	- 207 756	17 687 332	17 378 538	308 794
Dezembro	1 124 782	1 246 050	- 121 268	20 918 140	15 551 332	5 366 808
2011 ⁽¹⁾	15 955 960	17 163 524	- 1 207 565	233 912 371	207 938 277	25 974 094
Janeiro	864 680	1 283 674	- 418 994	15 214 353	14 816 098	398 255
Fevereiro	1 027 035	1 175 349	- 148 314	16 732 470	15 537 537	1 194 933
Março	1 327 415	1 348 424	- 21 009	19 285 977	17 734 320	1 551 657
Abril	1 567 543	1 454 538	113 005	20 172 977	18 313 198	1 859 779
Mai	1 701 132	1 679 664	21 467	23 208 657	19 686 834	3 521 823
Junho	1 741 126	1 651 748	89 377	23 689 079	19 259 667	4 429 411
Julho	1 495 684	1 452 970	42 715	22 251 877	19 118 683	3 133 194
Agosto	1 823 353	1 879 637	- 56 284	26 158 507	22 285 372	3 873 135
Setembro	1 638 932	1 749 546	- 110 614	23 285 058	20 210 706	3 074 352
Outubro	1 395 671	1 662 912	- 267 241	22 139 953	19 785 206	2 354 747
Novembro	1 373 389	1 825 062	- 451 674	21 773 463	21 190 655	582 807

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2011

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	88,61	82,66	80,93	94,56	85,39	88,32	87,49
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	134,35	133,69	123,09	137,79	128,30	127,53	126,80
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	132,72	132,66	121,73	136,39	126,95	125,96	125,09
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	122,25	111,52	90,78	109,02	132,23	139,26	115,07
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,30	228,77	229,31	193,72	217,93	199,63	233,55	207,22
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,84	220,47	193,64	181,76	213,74	203,79	214,76	213,16
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,78	83,57	87,13	98,96	108,70	125,58	177,03	158,76	152,90	123,79	127,55	126,30
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	1 466,87	1 106,34	1 312,99	1 674,87	1 583,64	1 665,68	1 480,93
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,51	251,07	212,15	180,00	229,33	222,67	253,77	240,84
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,82	149,43	143,54	130,53	149,71	142,10	148,67	141,56

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																
	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11	Set/11	Out/11
Combustíveis e lubrificantes	94,39	93,14	91,00	88,15	86,52	90,71	84,81	84,65	80,85	88,89	78,22	82,40	83,68	86,53	91,39	85,94	85,59
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	134,08	136,34	129,83	140,29	131,51	162,91	138,28	133,52	125,55	137,10	150,43	129,71	134,71	143,97	141,97	140,62	145,20
Hipermercados e supermercados	132,26	134,51	128,00	138,53	129,61	160,98	136,54	132,04	123,89	135,48	148,65	127,88	132,99	142,14	140,09	138,93	143,35
Tecidos, vestuário e calçados	121,86	113,00	113,21	114,25	110,09	196,67	112,54	109,77	93,38	105,79	120,11	128,98	117,64	110,83	113,38	113,17	112,38
Móveis e eletrodomésticos	211,70	221,43	220,43	226,56	240,41	343,37	251,12	266,44	224,76	231,96	227,69	288,84	228,88	258,11	262,37	262,06	260,04
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	221,43	226,76	219,51	233,16	237,34	286,64	247,10	224,61	217,08	245,63	231,20	252,46	251,55	258,59	264,96	257,01	267,92
Livros, jornais, revistas e papelaria	118,85	129,03	116,50	62,62	60,16	153,42	126,30	157,25	168,67	134,43	120,38	135,84	122,33	121,93	127,82	113,42	60,91
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 347,86	1 664,87	1 963,51	1 091,53	1 316,01	1 394,23	1 526,98	1 110,25	1 189,07	1 302,13	1 227,86	1 737,53	1 859,11	1 806,37	1 812,03	1 846,73	1 378,76
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	246,05	253,43	230,57	258,19	248,15	437,72	248,22	235,33	209,89	233,48	248,04	247,96	257,95	260,39	278,06	234,61	276,49
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	147,66	150,71	146,63	153,06	146,92	195,08	153,67	149,75	137,88	149,55	155,16	155,68	151,53	159,57	161,15	157,33	159,07

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2011

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan/10	Fev/10
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	131,6	150,3	126,9	123,6
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	79,3	87,2
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	119,7	128,1
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	65,4	64,4
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,4	144,5	127,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	241,5
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	91,7	85,6
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	85,4	74,6
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9	122,5	129,1	131,3	125,9
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	110,3	113,5
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	105,4	104,0
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	154,1	178,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	131,0	114,3	99,8
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	254,3	260,4
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	90,1	93,2

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																				
	Mar/10	Abr/10	Maio/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Maio/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11	Set/11	Out/11
Indústria de transformação	168,9	140,3	164,4	161,7	162,8	149,4	159,5	147,2	158,0	140,7	158,4	149,7	135,7	153,4	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2	161,7	166,9
Alimentos	107,3	118,0	125,0	132,9	139,8	138,9	133,1	121,7	122,9	95,8	126,3	87,0	91,6	109,1	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2	161,7	166,9
Bebidas	145,0	125,5	160,8	127,1	105,7	125,3	149,0	162,4	161,0	175,4	130,1	128,2	124,0	141,5	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2	138,5	125,7
Madeira	81,0	82,6	89,1	87,8	87,8	83,1	80,9	81,0	83,5	74,3	98,7	77,8	74,3	83,4	79,6	82,4	82,1	95,8	95,6	148,5	167,1
Celulose, papel e produtos de papel	150,9	137,6	145,7	113,6	145,5	139,4	141,2	138,5	147,4	141,0	130,9	148,1	135,1	152,2	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3	97,2	99,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	771,5	348,2	662,4	618,4	454,7	291,0	528,1	193,3	457,4	437,6	345,5	748,1	153,1	389,8	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8	144,0	143,9
Refino de petróleo e álcool	100,8	101,0	106,4	100,2	94,7	42,4	84,3	99,5	99,8	93,9	145,6	93,1	81,4	82,7	102,2	115,1	109,0	109,3	117,2	282,9	363,2
Outros produtos químicos	55,6	44,5	57,3	67,6	95,5	58,9	67,2	76,9	75,9	43,8	77,5	70,8	72,4	54,5	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6	111,3	107,1
Borracha e plástico	144,3	114,2	120,3	130,1	138,4	131,6	129,9	132,1	131,1	119,7	121,5	124,7	125,9	139,5	126,3	132,6	137,6	139,7	150,5	69,7	68,3
Minerais não metálicos	132,7	123,5	130,1	128,7	133,5	138,9	137,6	142,0	138,1	127,7	135,2	124,0	124,7	136,1	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9	145,4	137,4
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	123,9	114,4	123,4	127,2	125,4	129,1	127,5	128,8	126,0	111,0	133,3	118,3	119,8	132,9	130,1	143,6	133,2	136,5	142,3	135,5	140,8
Máquinas e equipamentos	196,8	159,2	189,1	172,1	162,3	199,3	183,6	195,2	190,9	160,5	162,7	146,1	179,9	203,8	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7	139,0	133,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	123,0	108,2	119,4	151,0	138,8	143,6	151,9	136,4	150,3	134,7	155,4	115,8	153,0	151,1	117,2	175,3	169,6	169,7	160,4	155,3	186,3
Veículos automotores	335,4	295,9	308,8	324,0	366,0	365,2	318,9	338,5	316,9	298,5	344,1	275,5	384,8	369,9	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6	147,7	150,7
Mobiliário	131,0	100,1	104,6	100,3	101,3	113,4	115,4	114,2	121,8	117,4	163,1	100,8	103,8	93,7	85,1	98,1	95,9	102,2	104,5	410,3	436,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2011

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai/10	Jun./10	Jul./10
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	101,9	102,3	102,8	103,5	104,3	104,5	104,7
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	71,8	71,4	69,6	71,8	71,1	72,5	72,9
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	102,3	102,7	103,2	103,9	104,7	104,9	105,1
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	150,9	149,6	150,0	150,9	152,2	154,1	154,2
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	170,8	289,3	292,2	282,3	213,6	164,9	103,1
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	81,1	80,3	81,0	82,8	84,5	84,5	85,6
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	95,8	97,1	95,0	93,4	93,0	92,3	92,9
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	104,3	101,8	105,7	105,4	106,2	106,3	106,3
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	33,7	34,1	34,3	35,1	35,0	34,6	34,4
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	125,7	125,6	125,8	127,5	130,2	130,3	130,4
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	235,0	233,9	230,8	220,8	231,7	232,1	232,2
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	97,6	97,0	98,1	100,4	101,7	102,5	100,8
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	79,7	80,3	82,0	81,2	81,1	80,3	78,9
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	125,5	128,3	126,1	126,5	127,0	127,9	129,9
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	74,7	76,3	79,5	80,8	80,3	80,5	79,2
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	103,9	104,0	103,5	104,1	107,7	109,4	111,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	163,9	165,6	168,8	173,1	172,7	173,0	173,8
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	105,6	107,0	107,8	109,2	107,3	109,2	110,5
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	142,9	142,8	143,8	145,7	148,1	149,1	150,0
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	56,7	57,2	58,9	59,6	60,6	59,4	60,1

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Ago./10	Set./10	Out./10	Nov./10	Dez./10	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11
Indústria geral	104,7	105,4	106,4	105,9	103,9	109,7	104,2	105,5	107,4	108,8	111,0	111,6	111,8	111,7	112,4	112,9
Indústrias extrativas	73,4	73,3	72,3	70,2	69,6	67,2	68,4	67,9	66,6	66,7	67,8	67,4	65,9	66,4	68,2	66,8
Indústria de transformação	105,1	105,8	106,8	106,3	104,3	110,3	104,7	106,0	107,9	109,4	111,6	112,1	112,4	112,3	113,0	113,4
Alimentos e bebidas	153,2	154,8	157,8	154,9	154,1	172,7	152,2	155,0	161,8	168,6	177,9	181,6	182,3	181,8	183,2	182,4
Fumo	95,2	95,4	102,4	107,8	107,3	192,6	205,7	278,4	293,5	302,4	279,9	172,8	100,4	98,2	93,2	101,6
Têxtil	83,9	83,7	82,0	84,0	82,2	87,0	84,6	85,8	86,3	87,3	87,4	87,2	86,6	86,1	88,7	90,4
Vestuário	92,6	91,8	92,6	91,8	88,6	89,1	87,8	91,6	89,7	88,5	89,7	88,2	88,7	89,3	89,1	88,0
Calçados e couro	105,0	104,1	102,3	98,3	92,0	92,4	89,9	91,0	91,5	91,7	95,9	92,6	95,8	93,1	91,1	90,9
Madeira	33,8	33,5	33,1	32,9	32,1	30,8	31,9	31,2	31,6	31,5	30,7	30,3	30,4	30,2	30,2	30,4
Papel e gráfica	131,0	133,9	136,6	136,7	134,7	134,5	134,1	132,8	133,7	133,1	132,4	135,8	137,5	134,9	135,0	135,5
Refino de petróleo e combustíveis	231,0	229,8	228,8	224,4	188,7	220,3	180,3	185,2	218,9	224,8	230,7	231,8	237,9	232,3	232,0	229,4
Produtos químicos	99,4	99,8	100,7	100,9	100,1	101,0	100,7	99,4	97,4	97,8	100,0	100,5	102,9	103,3	104,2	103,4
Borracha e plástico	79,2	80,8	79,8	78,7	76,9	80,0	77,9	78,6	81,5	80,9	81,1	78,7	79,3	79,7	80,7	81,3
Minerais não-metálicos	131,1	126,0	128,7	129,7	129,3	130,4	126,6	127,5	128,1	126,8	129,0	132,3	132,2	132,4	133,1	136,3
Metalurgia básica	80,4	79,5	79,8	78,4	77,7	84,4	82,2	82,9	83,7	84,1	83,9	84,5	84,1	84,8	85,9	88,2
Produtos de metal ⁽¹⁾	113,2	120,1	120,6	123,1	114,0	123,0	123,1	127,3	124,7	123,2	127,7	129,8	125,7	121,4	113,1	114,2
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	173,6	174,1	174,4	171,8	165,5	158,6	166,1	164,1	164,9	161,5	159,5	157,2	152,4	152,8	152,1	155,7
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	112,2	113,7	114,5	116,7	116,8	141,3	121,3	124,3	128,7	133,2	139,0	139,9	142,1	149,8	164,0	170,5
Fabricação de meios de transporte	151,9	152,8	155,3	157,2	159,5	167,8	159,2	160,1	162,7	165,9	168,0	168,9	172,0	172,5	173,3	175,6
Fabricação de outros produtos	60,1	60,8	62,0	62,1	62,9	67,9	63,4	64,0	65,9	69,0	68,9	69,3	69,5	69,3	70,3	69,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2011

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
Jan.-Out. 2011	42 759	16 042	28 699	57 941	5 671	-	151 112

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2010

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 270	4,28	3 031 864	5,16
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010 ⁽³⁾	226 071	8,30	3 770 085	7,50
2011 ⁽⁴⁾	-	4,10	-	2,97

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

(4) Estimativa do IparDES para o Paraná. Mediana das expectativas de mercado do Boletim Focus, do Banco Central, para o Brasil.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria do Planejamento
e Coordenação Geral